

# ARQUIVOS

---

## ARROLAMENTO DAS FONTES HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, ESTADO DE SÃO PAULO.

---

### I. — Introdução (\*).

O município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, acha-se situado na zona fisiográfica denominada Mantiqueira. Limita-se com os municípios de Sapucaí Mirim, Itajubá, Paraisópolis, Brazópolis, todos no Estado de Minas Gerais, e com os de Campos do Jordão, Pindamonhangaba e Monteiro Lobato, Estado de São Paulo. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 22.º 41' de latitude sul e 45º 44' de longitude de W. Gr. Dista da Capital Estadual, em linha reta, 133 quilômetros, com ela se comunicando por estrada de rodagem estadual. Ocupa uma área de 938 quilômetros quadrados e está a uma altitude de 920 metros. A sua população, pelo censo de 1.º de julho de 1950, alcançava 14.005 habitantes, sendo 11.445 na zona rural. Entretanto, uma estimativa do Departamento Estadual de Estatística do Estado de São Paulo em 1954, dá um total de 14.886 habitantes. Em 1950, existiam duas aglomerações urbanas, a da cidade com 2.047 habitantes e a da Vila de Santo Antônio do Pinhal com 513 habitantes. A economia do município tem como base a pecuária e a agricultura. Atualmente a principal fonte de renda é o leite que se destina a São José dos Campos e à Capital do Estado.

A fundação de São Bento do Sapucaí é antiga, sendo contada nos seguintes termos: no dia 13 de dezembro de 1819, o sr. Salvador Joaquim Pereira e sua mulher, D. Maria Custódia Barbosa, doaram um terreno à ermida de São Bento, num lugar denominado Sapucaí Mirim, como consta da escritura passada em Pindamonhangaba. Pelos anos de 1820 a 1822, mais ou menos, o Pe. Luís Justino Velho Columbeiro, vigário de Pindamonhangaba, veio a estas paragens em companhia do Ten. José Pereira Alves (ou Álvares) e Antônio Monteiro de Gouveia, e a pedido destes benzeu o local, em que se acha atual-

---

(\*) . — Fonte: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, XXX volume, Rio de Janeiro, 1958.

mente a Capela de Nossa Senhora do Rosário, doada a mesma Senhora por José Pereira Alves, para se levantar a igreja. Contra isto se insurgiu o vigário de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Pe. José Bento Leite de Melo, que mandou o Cadete João Teodoro arrancar a cruz e bandeira de Nossa Senhora Mãe dos Homens, hasteado no lugar da bênção. Passados alguns anos, os moradores do local, em abaixo-assinado, pediram licença para construir uma capela a São Bento, fazendo o Ten. José Pereira Alves e sua mulher Inês a doação das terras, cuja escritura se acha no Tabelião em Pindamonhangaba. A capela foi erguida no local onde hoje se situa a Igreja Matriz, trasladando-se para aí a imagem de São Bento da antiga Capela da Guarda Velha, Sapucaí Mirim, Estado de Minas Gerais, surgida da doação acima referida. Foi seu primeiro Capelão o Revdm. Pe. Bento de tal, pago pelos moradores.

Em 16 de agosto de 1832, por Decreto do Governo Provincial, foi a Capela elevada à categoria de Freguesia, data que ficou fixada como sendo da fundação da cidade (segundo consta, foi o seu fundador o Ten. José Pereira Alves) passando a denominar-se São Bento do Sapucaí Mirim. O cartório de paz foi instalado em 1.º de novembro de 1832. Pelo crescimento célere da freguesia, foi elevada a Vila pela Lei n.º 23, de 16 de abril de 1858; a Lei Provincial n.º 49, de 30 de março de 1876, elevou-a à cidade, substituindo-se então o nome de São Bento do Sapucaí Mirim pelo de São Bento do Sapucaí. Pelo Decreto n.º 64, de 30 de junho de 1890, foi criada a comarca, sendo instalada a 1.º de setembro do mesmo ano, tendo sido o seu primeiro Juiz de Direito o Dr. João Marcondes de Moura Romeiro.

## II. — Arquivo Paroquial.

**Localização:** Casa Paroquial, Praça Cônego Bento de Almeida, 74.

**Vigário da Paróquia de São Bento:** Monsenhor Pedro do Valle Monteiro.

O livro primordial é o Livro do Tombo por ter em suas páginas registrados os eventos mais importantes da Paróquia, desde a sua fundação, constituindo fonte preciosa.

Encontra-se no Arquivo somente o segundo e o terceiro Livro do Tombo. O primeiro da série, segundo consta às fls. 39v. do Livro n.º 2, foi levado para a sede do Bispado, em Taubaté, ao qual pertence atualmente a Paróquia desde 1910, por estar devidamente completo. O 2.º Livro do Tombo tem o seu Têrmo de Abertura datado de 31 de maio de 1889.

No Livro do Tombo n.º 2 acha-se transcrito, por ordem do Bispo Diocesano de São Paulo, a quem São Bento esteve subordinado primeiramente, trecho do Relatório apresentado pela Comissão Central de Estatística à Presidência da Província de São Paulo, em 31 de dezembro de 1887, relativo a São Bento do Sapucaí. Encontram-se aí informações referentes a divisas, aspecto geral, serras, rios, salubridade, história, topografia, população, agricultura e pecuária, comércio e indústria, rendas públicas, instrução, divisão eclesiástica, divisão policial, curiosidades naturais, distâncias. Desnecessário se torna ressaltar a importância destes dados para um estudo comparativo. Ainda neste volume, na página 14v. e seguintes, encontra-se uma “Notícia Histórica”, uma das mais importantes fontes sobre a fundação da cidade, cujos dados foram recolhidos “de pessoas antigas e dignas de fé”, sendo transcrita pelo então vigário Joaquim Antônio de Siqueira por ordem da autoridade religiosa acima nomeada.

Os demais livros encontram-se em perfeito estado de conservação, de fácil consulta.

### III. — Arquivo da Prefeitura Municipal.

**Localização:** Edifício da Prefeitura Municipal, rua Sargento José Lourenço, 206.

**Prefeito:** sr. Benedicto Gomes de Souza (1960-1963).

Conforme fomos informados pelo Secretário Municipal, sr. Flávio Pedrosa Dantas, o arquivo da Prefeitura Municipal foi seriamente danificado em consequência de terrível enchente que assolou a cidade no ano de 1945, motivada pelo transbordamento das águas do rio Sapucaí Mirim. A prefeitura, nessa época, estava situada na parte baixa da cidade, sofrendo invasão das águas e tendo seus pertences prejudicados.

Desde então, o arquivo municipal não foi mais recomposto, estando o que se salvou das águas, mais os livros e papéis de 1945 para cá, em estantes e salas precárias, sem ordem e cuidados, tornando a pesquisa penosíssima.

### IV. — Arquivo da Câmara Municipal.

**Localização:** Edifício da Prefeitura Municipal, rua Sargento Lourenço, 206.

**Presidente da Câmara:** sr. José dos Reis Coutinho (1960).

O mesmo que foi dito acima do arquivo da Prefeitura Municipal, aplica-se ao da Câmara, pois esta sempre funcionou no

mesmo prédio. Entretanto, os seus livros mais recentes estão resguardados em estante segura, sendo a consulta facilitada.

#### V. — Arquivos dos Cartórios da Comarca.

1. — **Cartório do Registro de Imóveis e Anexos** (titular).  
**Cartório do 1.º Ofício e 1.º Tabelionato** (anexo ao 1.º desde 1936).  
**Localização:** Praça Cônego Bento de Almeida, 50.  
**Serventuário:** sr. Antônio Américo Silva.  
**Oficial Maior:** sr. José Antônio Mello.  
**Escrevente:** sr. Eufrásio José de Carvalho.

Os livros de ambos os cartórios acham-se em perfeito estado de conservação, com estantes apropriadas e de acesso fácil. Os livros referem-se a registros de escrituras, de procurações e outros atos. Os cartórios agasalham ainda documentos referentes a divisões de terra, inventários, arrolamentos, ações cíveis de diversas naturezas e processos criminais.

2. — **Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor Judicial** (distribuição dos feitos cíveis e criminais e de escrituras).  
**Localização:** Praça General Marcondes Salgado, 161.  
**Serventuário:** Sra. Maria Luíza de Mello.

Os livros estão muito bem organizados e conservados. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, desapareceram 2 livros de distribuição, interrompendo a ordem numérica por duas vezes.

3. — **Cartório do 2.º Ofício e 2.º Tabelionato** (Titular).  
**Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Protesto** (anexado ao primeiro em 1936).  
**Localização:** rua Alferes Pedrosa, 7.  
**Serventuário:** sr. Benedicto Chiaradia.

Todos os livros acham-se bem ordenados, conservados e o seu acesso é facilitado.

4. — **Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais** (casamentos, nascimentos, óbitos, emancipação, ausência e interdição).  
**Localização:** rua Major Monteiro de Carvalho, 94.  
**Serventuário:** sr. José Rennó de Azeredo Filho.

Aqui, como nos demais Cartórios, as informações e consultas são facilitadas pela atenção dos funcionários e pela boa or-

dem dos livros e papéis. Embora conste que o Distrito de Paz tenha sido criado por decreto de 16 de agosto de 1832, o primeiro livro de Registro de Nascimento tem o seu termo de abertura datado de 30 de novembro de 1888 e o primeiro registro efetuado em 6 de janeiro de 1889.

Encontram-se nos livros de Registro Civil os registros dos nascimentos de ilustres filhos da terra, que na vida pública da Nação têm obtido relevantes posições. São eles o prof. Miguel Reale, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o Deputado Federal Plínio Salgado, D. Paulo Marcondes Pedrosa O.S.B., Abade do Mosteiro de São Bento em São Paulo, Dr. Afonso José de Carvalho, ex-desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

5. — **Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais.**

**Localização:** Distrito de Santo Antônio do Pinhal, rua Cônego Tomás s-n.

**Serventuário:** sr. José Afonso Pereira.

Criado por lei n.º 2 de 28 de março de 1861. Os livros acham-se em ordem.

VI. — **Agência Municipal de Estatística.**

**Localização:** rua Sargento José Lourenço, 206.

**Agente:** sr. Matheus Puppio.

Criada em 1936, desde o ano de 1940 encontra-se subordinada ao I.B.G.E. No seu arquivo, ordenado e atualizado, encontram-se dados numéricos em geral referentes à vida político-administrativa, econômica, social, religiosa, cultural, geográfica, etc. da cidade.

VII. — **Trabalhos sobre o Município.**

1. — Album Comemorativo do Centenário de São Bento do Sapucaí (1828-1928), Roberto Carri, Editor, rua Jaguaribe, 72, São Paulo. Impresso no Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, rua Brigadeiro Tobias, 28, São Paulo.

Neste Album encontramos, além de fotografias das autoridades estaduais da época, de autoridades e pessoas gradadas do lugar, aspectos da cidade, um histórico sobre São Bento do Sapucaí, até o ano de 1840 de autoria do Dr. Afonso José de Carvalho (forma com a "Notícia Histórica" inserida no Livro do Tombo, acima referida, os dois mais importantes pontos de partida para uma história local). Este trabalho é raríssimo e

o único exemplar, dos 200 que se editaram na época, é de propriedade do sr. Benedicto Chiaradia, serventuário do Cartório do 2.º Ofício, que gentilmente nos facultou a sua consulta.

2. — “Correio de São Bento”, Edição Comemorativa do Cinquentenário da Instalação da Comarca, 1.º de setembro de 1940, número único. Diretor designado Dr. Paulo D’Alessandro e Redator-Chefe designado Dr. Francisco Chiaradia Netto.

Trabalho útil por conter vários artigos elucidativos sobre o município. Difícilimo de ser encontrado, alguns exemplares são de propriedade do senhor acima mencionado.

3. — O sr. Antônio Américo Silva, serventuário do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos, como membro da Comissão de Donativos e Assistência para o abastecimento de tropas paulistas aquarteladas na cidade durante a Revolução Constitucionalista de 1932, elaborou vários cadernos destinados a registrar os donativos recebidos e concedidos aos soldados. Os cadernos possuem os seguintes títulos:

a). — Ordens fornecidas pelo Major Técnico das forças constitucionalistas e pela comissão encarregada de angariar donativos.

b). — Caderno destinado ao registro de donativos para o abastecimento das tropas constitucionalistas araquarteladas nesta cidade.

c). — Caderno de registro de mercadorias distribuídas às famílias dos soldados constitucionalistas.

d). — Caderno destinado ao lançamento de donativo em dinheiro fornecido às tropas aquarteladas nesta cidade, assim como, das despesas gerais dispendidas.

e). — Caderno destinado ao registro das mercadorias às tropas constitucionalistas aquarteladas nesta cidade e às famílias dos soldados voluntários.

#### VIII. — Informações suplementares.

As cidades de Pindamonhangaba, Campos do Jordão, Pouso Alegre, Paraísoópolis, Itajubá, Taubaté, nos seus arquivos eclesiásticos e leigos, devem possuir referências e dados sobre São Bento do Sapucaí, pois devido à sua posição de município fronteiro e havendo pertencido ou tido em seus limites os territórios desses atuais municípios autônomos, foram constantes os contactos e as relações. Ainda mais, por São Bento do Sapucaí,

populações sul-mineiras em demanda ao Vale do Paraíba e ao litoral norte do Estado de São Paulo, ou ainda no sentido contrário, sempre praticaram intenso tráfego.

A 29 de dezembro de 1958, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo fixou o quadro territorial, administrativo e judiciário do Estado, para o quinquênio de 1959 a 1963, no qual apareceu o nóvel município de Santo Antônio do Pinhal até então Distrito de Paz do Município e Comarca de São Bento do Sapucaí. A Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí entrou então, com mandato de segurança (n.º 93.238 — São Paulo) por seu advogado Dr. Genésio Pereira Filho junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Foi concedido o mandato, tornando-se nula a criação do município de Santo Antônio do Pinhal, tendo, porém, os seus moradores interposto recurso ao Supremo Tribunal Federal. O Supremo, em 26 de janeiro de 1960, deu ganho de causa ao recurso dos pinhalenses. O caso, entretanto, não foi encerrado. A Prefeitura de São Bento do Sapucaí trata de novo recurso junto ao Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal.

Sobre o mandato de segurança da Prefeitura Municipal de São Bento do Sapucaí junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo contra a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Sr. Governador do Estado para anular a instituição do município de Santo Antônio do Pinhal, publicou-se o trabalho do Dr. Genésio Pereira Filho: "Instabilidade Territorial do Município em face da Lei Orgânica". O opúsculo é encontrado na Prefeitura Municipal e no Cartório do Registro de Imóveis.

São Bento do Sapucaí, na sua vida judiciária, conheceu as seguintes fases: de 1832 a 1833 pertenceu à Comarca da Capital; de 1833 a 1858, à Comarca de Taubaté; de 1858 a 1866, à comarca de Guaratinguetá; de 1866 a 1877, novamente à de Taubaté; de 1870 a 1890, à de Pindamonhangaba.

#### **DIÓRES SANTOS ABREU**

Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.